

SUMÁRIO

<i>Apresentação da terceira edição</i>	VII
<i>Agradecimentos</i>	IX
<i>Ao leitor</i>	XIII

PRIMEIRA PARTE — TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. Recursos: generalidades	3
1.1. Origem e acepções do vocábulo <i>recurso</i>	3
1.2. Recurso: espécie do gênero remédio jurídico	4
1.3. Razão de ser dos recursos	7
1.4. Natureza jurídica do recurso	8
1.5. Atos sujeitos a recurso processual	9
1.6. Efeitos dos recursos	15
1.7. Sistema recursal cível: incidência principal e subsidiária	18
1.8. Recursos e direito intertemporal	20
2. Juízos de admissibilidade e de mérito	28
2.1. Generalidades	28
2.2. Objeto do juízo de mérito: <i>errores in procedendo et in iudicando</i>	34
3. Requisitos de admissibilidade	40
3.1. Generalidades	40
3.2. Cabimento	41
3.3. Legitimidade recursal	45
3.3.1. Noção geral	45
3.3.2. Legitimidade recursal na qualidade de parte	45
3.3.3. Legitimidade recursal do Ministério Público	48

3.3.4. Legitimidade recursal do terceiro prejudicado	48
3.4. Interesse recursal	50
3.4.1. Generalidades	50
3.4.2. Hipóteses de ausência de interesse recursal	52
3.5. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo	54
3.5.1. Noção geral	54
3.5.2. Renúncia ao direito de recorrer	54
3.5.3. Aceitação	55
3.5.4. Desistência do recurso	56
3.5.5. Outros fatos impeditivos	58
3.6. Tempestividade	59
3.6.1. Conceito	59
3.6.2. Prazos recursais	59
3.6.3. Contagem do prazo recursal	64
3.6.3.1. Princípio norteador	64
3.6.3.2. Intimação no sábado	66
3.6.3.3. Intimação na sexta-feira	67
3.6.3.4. Feriados	67
3.6.3.5. Intimação e publicação	69
3.6.3.6. Destinatário da intimação	71
3.6.3.7. Intimação de decisão publicada em audiência	72
3.6.3.8. Intimação de decisão publicada em cartório	73
3.6.3.9. Intimação de acórdão	74
3.6.3.10. Intimação e interposição de recurso por meio eletrônico	75
3.6.3.11. Aferição da tempestividade	76
3.6.4. Suspensão e interrupção do prazo recursal	80
3.6.4.1. Generalidades	80
3.6.4.2. Suspensão por superveniência de férias forenses	81
3.6.4.3. Suspensão por recesso forense natalino	82
3.6.4.4. Suspensão por obstáculo ao exercício do direito de recorrer	83

3.6.4.5. Suspensão por perda da capacidade processual	83
3.6.4.6. Suspensão por oferecimento de exceção	84
3.6.4.7. Interrupção por falecimento da parte ou de seu advogado	84
3.6.4.8. Interrupção por motivo de força maior	84
3.6.4.9. Embargos de declaração: regra da interrupção e exceção da suspensão	86
3.6.4.10. Inexistência de suspensão e de interrupção .	88
3.6.4.11. Sobrestamento do prazo recursal	89
3.7. Regularidade formal	91
3.7.1. Conceito	91
3.7.2. Petição recursal: regra	91
3.7.3. Interposição oral: exceção	92
3.7.4. Interposição mediante fac-símile	92
3.7.5. Componentes da petição recursal	93
3.7.5.1. Endereçamento ao órgão judiciário competente	93
3.7.5.2. Qualificação do recorrente e do recorrido	93
3.7.5.3. Exposição do fato e do direito	94
3.7.5.4. Motivação: razões recursais	94
3.7.5.5. Pedido recursal	96
3.7.5.6. Assinatura e instrumento de mandato do advogado	96
3.8. Preparo	99
3.8.1. Conceito	99
3.8.2. Regra do preparo imediato	99
3.8.3. Exceções à regra do preparo imediato	100
3.8.4. Exceções à regra do preparo	105
4. Princípios do sistema recursal	106
4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	106
4.2. Princípio da taxatividade	108
4.3. Princípio da singularidade	109
4.4. Princípio do esgotamento das vias recursais	112

4.5. Princípio da fungibilidade recursal	115
4.5.1. Generalidades	115
4.5.2. Hipóteses de fungibilidade recursal	117
4.6. Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	124
4.6.1. Generalidades	124
4.6.2. <i>Reformatio in peius</i> e matéria de apreciação oficial ...	124
4.7. Princípio da consumação	125
5. Recurso adesivo, sucedâneos recursais e institutos afins	128
5.1. Recurso adesivo	128
5.2. Pedido de reconsideração	132
5.3. Mandado de segurança	135
5.4. Reclamação constitucional	139
5.5. Remessa obrigatória	142
5.6. Incidente de inconstitucionalidade	148

SEGUNDA PARTE — DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

6. Apelação	155
6.1. Notícia histórica	155
6.2. Conceito de sentença	155
6.3. Da regra do cabimento da apelação contra as sentenças em geral	157
6.4. Do cabimento da apelação contra sentença que engloba questão incidental	157
6.5. Exceções ao binômio sentença-apelação	159
6.6. Da inadequação da apelação em processo de competência originária de tribunal	160
6.7. Tempestividade	161
6.8. Regularidade formal	164
6.9. Preparo	168
6.10. Procedimento no juízo de origem	169
6.11. Efeito de retratação	171
6.11.1. Apelação contra sentença liminar de manifesta im- procedência	172

6.11.2. Apelação contra sentença de indeferimento liminar da petição inicial	172
6.11.3. Apelação contra sentença proferida na Justiça da Infância e da Juventude	174
6.12. Efeito suspensivo	175
6.12.1. Generalidades	175
6.12.2. Apelações sem efeito suspensivo na legislação extravagante	176
6.12.3. Efeito suspensivo e concessão judicial	177
6.13. Procedimento no tribunal <i>ad quem</i>	179
6.14. Extensão da apelação	185
6.14.1. Generalidades	185
6.14.2. Extensão da apelação e sentença <i>citra petita</i>	186
6.14.3. Extensão da apelação e sentença terminativa	187
6.15. Profundidade da apelação	189
6.16. Questões de fato novas e documentos novos	197
6.17. Conversão em diligência para correção de nulidades sanáveis	200
6.18. Efeito substitutivo	203
7. Recurso inominado	203
7.1. Cabimento	203
7.1.1. Generalidades	203
7.1.2. Recurso inominado e recurso adesivo	205
7.1.3. Recurso inominado e apelação	206
7.2. Tempestividade	207
7.3. Regularidade formal	209
7.4. Preparo	212
7.5. Procedimento do recurso inominado na origem	213
7.6. Procedimento e julgamento na turma recursal	216
7.7. Recorribilidade	218
8. Embargos infringentes de alçada	219
8.1. Cabimento	219
8.2. Regularidade formal	225

8.3. Tempestividade	226
8.4. Preparo	227
8.5. Efeitos	227
8.6. Procedimento e julgamento	229
8.7. Da recorribilidade	230
9. Agravo contra decisão interlocutória	231
9.1. Notícia histórica e legislação de regência do recurso de agravo	231
9.2. Modalidades do agravo contra decisão interlocutória	234
9.3. Conceito de decisão interlocutória	234
9.4. Cabimento do recurso de agravo contra decisões interlocutórias	235
9.5. Cabimento do agravo retido como regra e do agravo de instrumento como exceção	239
9.6. Fungibilidade recursal do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil	242
9.7. “Sentenças” agraváveis	243
9.8. Questão incidental decidida em sentença	243
9.9. “Despachos” agraváveis	244
9.10. Dos efeitos dos agravos retido e de instrumento	245
9.10.1. Efeitos devolutivo e de retratação	245
9.10.2. Efeitos obstativo e suspensivo	246
9.10.3. Efeitos substitutivo e expansivo	248
9.11. Tempestividade	249
9.12. Preparo	251
9.13. Regularidade formal do agravo de instrumento	252
9.14. Regularidade formal, desistência tácita e procedimento do agravo retido	259
9.15. Procedimento do agravo de instrumento	262
10. Agravo interno	268
10.1. Natureza jurídica	268
10.2. <i>Nomen iuris</i>	270
10.3. Cabimento	272
10.3.1. Generalidades	272

10.3.2. Agravo interno e decisão monocrática denegatória ou concessiva de provimento liminar em ação originária de mandado de segurança	274
10.3.3. Agravo interno e as decisões monocráticas dos incisos II e III do artigo 527 do Código de Processo Civil	277
10.4. Tempestividade	280
10.5. Regularidade formal	281
10.6. Preparo	282
10.7. Efeitos	283
10.8. Procedimento	284
10.9. Da multa processual	286
11. Agravo de instrumento em recursos extraordinário e especial ...	288
11.1. Cabimento	288
11.2. O agravo de instrumento do artigo 544 e os outros agravos	289
11.3. Tempestividade	291
11.4. Regularidade formal	291
11.5. Preparo: desnecessidade	296
11.6. Do procedimento na origem	296
11.7. Do procedimento no tribunal <i>ad quem</i>	299
12. Embargos de declaração	301
12.1. Acepções do vocábulo “embargos”	301
12.2. Notícia histórica e <i>nomen iuris</i>	301
12.3. Natureza jurídica dos embargos declaratórios	302
12.4. Cabimento	303
12.4.1. Generalidades	303
12.4.2. Embargos de declaração e despacho	304
12.4.3. Hipóteses de cabimento	305
12.4.4. Embargos de declaração e prequestionamento	306
12.4.5. Cabimento e juízo de admissibilidade	308
12.5. Exceção ao princípio da singularidade recursal	310
12.6. Escopo do recurso. Possibilidade da modificação do julgado embargado	312

12.7. Princípio da complementaridade	316
12.8. Regularidade formal	317
12.9. Tempestividade	319
12.10. Preparo: desnecessidade	321
12.11. Procedimento e julgamento	321
12.12. Da regra da interrupção do prazo recursal e da exceção da suspensão	325
12.13. Da multa processual	331
13. Embargos infringentes	333
13.1. Escopo do recurso	333
13.2. Cabimento: generalidades	333
13.2.1. “acórdão não unânime”	334
13.2.2. “em grau de apelação” ou “ação rescisória”	341
13.2.3. “reformado”	342
13.2.4. “sentença de mérito”	345
13.2.5. “procedente ação rescisória”	348
13.3. Embargos infringentes e embargos de declaração	349
13.4. Embargos infringentes e mandado de segurança originário	351
13.5. Embargos infringentes e apelação em mandado de segurança	351
13.6. Embargos infringentes e apelação em processo falimentar	354
13.7. Embargos infringentes e agravo retido	355
13.8. Embargos infringentes e agravo de instrumento	357
13.9. Embargos infringentes e remessa necessária	359
13.10. Embargos infringentes e incidente de inconstitucionalidade	362
13.11. Cabimento e direito intertemporal	363
13.12. Tempestividade	363
13.13. Regularidade formal	364
13.14. Preparo	366
13.15. Efeitos	368
13.16. Procedimento	374
13.17. Julgamento	378
14. Embargos de divergência	380

14.1. Notícia histórica e finalidade do recurso	380
14.2. Do cabimento dos embargos de divergência	381
14.2.1. Do julgado embargado	381
14.2.2. Do julgado paradigma	386
14.3. Tempestividade	389
14.4. Regularidade formal	390
14.5. Preparo	392
14.6. Efeitos	393
14.7. Procedimento	395
14.8. Julgamento	397
15. Recurso ordinário	399
15.1. Generalidades	399
15.2. Recurso ordinário em causas internacionais	408
15.3. Recurso ordinário em mandado de segurança	409
15.3.1. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Superior Tribunal de Justiça	409
15.3.2. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal	413
15.4. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e em mandado de in- junção	413
16. Recurso especial	414
16.1. Antecedentes históricos do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	414
16.2. Cabimento	415
16.3. Recurso especial pela alínea “a”	420
16.4. Recurso especial pela alínea “b”	424
16.5. Recurso especial pela alínea “c”	425
16.6. Recurso especial retido	427
16.7. Tempestividade	428
16.8. Preparo	432
16.9. Regularidade formal e interesse recursal	432
16.10. Efeitos do recurso especial	435
16.11. Procedimento	439

16.12. Julgamento do recurso especial. Julgamento da causa. Inadmissibilidade de reexame de prova. Possibilidade do exame de questão de fato	439
17. Recurso extraordinário	442
17.1. Notícia histórica	442
17.2. Cabimento	444
17.2.1. Generalidades	444
17.2.2. Recurso extraordinário e decisão de juiz de primeiro grau	452
17.2.3. Recurso extraordinário em incidente de inconstitucionalidade	453
17.2.4. Recurso extraordinário e repercussão geral	453
17.3. Recurso extraordinário pela alínea “a”	458
17.4. Recurso extraordinário pela alínea “b”	460
17.5. Recurso extraordinário pela alínea “c”	461
17.6. Recurso extraordinário pela alínea “d”	462
17.7. Recurso extraordinário retido	463
17.8. Tempestividade	464
17.9. Regularidade formal	466
17.10. Preparo	470
17.11. Procedimento e julgamento	470

TERCEIRA PARTE — AÇÃO RESCISÓRIA

18. Ação rescisória	477
18.1. Natureza jurídica da ação rescisória	477
18.2. Alvo da ação rescisória: julgado rescindendo	479
18.3. Hipóteses de rescindibilidade	486
18.3.1. Generalidades	486
18.3.2. Prevaricação, concussão e corrupção	487
18.3.3. Impedimento e incompetência absoluta	489
18.3.4. Dolo rescisório, processo fraudulento e processo simulado	490
18.3.5. Ofensa à coisa julgada	493

18.3.6. Violação de literal disposição de lei	494
18.3.7. Prova falsa	497
18.3.8. Documento novo	498
18.3.9. Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia e transação	500
18.3.10. Erro de fato	502
18.4. Hipóteses que não ensejam ação rescisória	505
18.4.1. Ação rescisória fundada em correção de injustiça quanto aos fatos, reexame de provas e interpretação de cláusula contratual	505
18.4.2. Ação rescisória e Juizados Especiais Cíveis	506
18.4.3. Ação rescisória e controle concentrado de consti- tucionalidade	506
18.4.4. Ação rescisória e ação anulatória	506
18.4.5. Ação rescisória, sentença inexistente, ausência de citação e nulidade da citação	509
18.5. Prazo	513
18.5.1. Generalidades	513
18.5.2. Termo inicial do prazo: regra e exceções	514
18.5.3. Termo final	515
18.5.4. Momentos da pronúncia da decadência	516
18.6. Competência	517
18.7. Legitimidade	517
18.8. Ação rescisória e execução do julgado rescindendo	519
18.9. Procedimento	525
18.10. Julgamento	532
18.11. Recorribilidade	536
<i>Referências bibliográficas</i>	539